

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial

Luisa Conrado Dias de Oliveira

DANO EXISTENCIAL NA CLÍNICA DE PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA:
Um estudo preliminar a partir da violência de gênero

Belo Horizonte

2019

Luisa Conrado Dias de Oliveira

**DANO EXISTENCIAL NA CLÍNICA DE PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA:
Um estudo preliminar a partir da violência de gênero**

Monografia apresentada à Faculdade Filosofia e Ciências
Humanas – Curso Especialização em Psicologia Clínica:
Gestalt-terapia e Análise Existencial. Universidade
Federal de Minas Gerais
Orientadora: Prof. André Luiz Freitas Dias

**Belo Horizonte
2019**

150 Oliveira, Luisa Conrado Dias de
O48d Dano existencial na clínica de psicologia contemporânea
2019 [manuscrito] : um estudo preliminar a partir da violência de
gênero / Luisa Conrado Dias de Oliveira. - 2019.
26 f.
Orientador: André Luiz Freitas Dias.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em
Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial -
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Psicologia clínica. 3. Relações de gênero.
4. Violência familiar. I. Dias, André Luiz Freitas.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

O presente estudo veio a partir da demanda de compreender o feminismo na psicologia e a forma de acolhimento das vítimas de violência doméstica na clínica de psicologia. Foi feita uma apresentação dos aspectos históricos da luta contra o machismo e patriarcado no Brasil e como surgiu a Lei Maria da Penha. A partir disso, foi introduzido o conceito de “dano existencial”, que é comumente utilizado em contexto jurídico para definir um dano não material, e é dividido em dano ao projeto de vida e dano à vida de relações. Foi feito um paralelo do termo com a filosofia existencial e como as pessoas que sofrem esse dano adoecem psiquicamente. A partir disso, se introduziu o conceito de “noção de eu” da psicologia humanista e uma crítica à psicologia clínica em relação à forma individualizada de lidar com o ser humano, sem levar em conta seu contexto social. Foi realizado um estudo de caso com uma mulher vítima de violência doméstica e concluído que o conceito de “dano existencial” pode auxiliar a psicologia clínica na compreensão do fenômeno apresentado.

Palavras-chave: Dano existencial. Psicologia clínica, Violência de gênero. Violência doméstica.

ABSTRACT

The present study came from the demand to understand feminism in psychology and the way of receiving victims of domestic violence in psychology clinic. It was made a presentation of the historical aspects of the struggle against machismo and patriarchy in Brazil and how the Maria da Penha Law came about. From this, it was introduced the concept of "existential damage", which is commonly used in legal context to define non-material damage, and is divided into damage to life project and damage to life relations. The term was paralleled by existential philosophy and how people who suffer this damage become psychically ill. From this, the concept of the "notion of self" of humanistic psychology and a critique of clinical psychology were introduced in relation to the individualized way of dealing with the human being, without taking into account his social context. A case study was conducted with a woman victim of domestic violence and concluded that the concept of "existential damage" may help clinical psychology in understanding the phenomenon presented.

Key-words: Existential damage. Clinical psychology, Gender violence. Domestic violence.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 FEMINISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	8
3 DANO EXISTENCIAL E A PSICOLOGIA CLÍNICA	11
3.1 A Psicologia Clínica	13
4 ESTUDO DE CASO	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	24

1 APRESENTAÇÃO

Desde criança fui ensinada o que pode ou não pode uma mulher fazer ou ser. Infelizmente essa determinação está muito arraigada na nossa cultura e não culpo meus pais por terem me ensinado assim, pois foi como eles também aprenderam. Parece um tabu falar da minha criação pessoal, mas se não desvelar a minha própria história, como ajudar outra mulher a se desvelar também? Quando jovem eu já não compreendia porque era considerado diferente eu gostar de carros, rock e vídeo game ou porque eu simplesmente tinha que submeter a milhares de comportamentos superficiais para estar num relacionamento com um homem. Parecia um teatro não poder demonstrar interesse e ter que parecer o famoso jargão “bela, recatada e do lar”. Mas o problema mesmo foi quando coordenava um grupo de jovens na igreja católica, e minha autoridade não era respeitada pelos homens, inclusive por meu namorado na época, que também era coordenador junto comigo. Fico me perguntando o que aconteceria se eu me submetesse à todas as críticas e desrespeitos. Muitas coisas passam pela minha cabeça, mas o que fica mais evidente é que provavelmente eu não estaria hoje escrevendo um estudo acadêmico sobre violência de gênero.

Passei os cinco anos da faculdade de psicologia ouvindo meus professores psicanalistas divagarem que Freud nunca entendeu o que uma mulher quer e hoje percebo que não teria como ele saber, por não caber a um homem dizer dos desejos femininos. Somente uma mulher pode dizer de si, do que é ser mulher e do que vive por ser mulher, e isso se chama “lugar de fala”.

Segundo Simone de Beauvoir (1970) um homem nunca se apresenta como indivíduo do sexo masculino, pois a condição "homem" é natural. Para se referir aos seres humanos, falamos "os homens". Em uma sala cheia de mulheres, com apenas um homem, o plural é sempre usado no masculino. A mulher é, portanto, o outro. Ainda segundo Beauvoir (1970) "um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade" (p.9). No entanto, os homens sentem que possuem legitimidade o suficiente para falar e escrever sobre as mulheres.

Me percebi feminista graças a publicações de outras mulheres feministas em redes sociais. Antes eu pensava como o senso comum, que afirmava que as mulheres queriam uma supremacia, um domínio sobre os homens, mas isso seria fazer com os homens justamente o que o machismo faz conosco. Não, a proposta do feminismo é a luta por igualdade de direitos sociais, civis e políticos, nada de um dominar o outro.

Durante a graduação eu tinha grande interesse no estudo sobre grupos, no final do curso passei a estudar a mudança da “percepção de si” nas pessoas que vivenciaram experiências

terapêuticas em grupo. Esse estudo se expandiu para a curiosidade em saber como as mulheres passaram a se perceber depois de estarem em grupos feministas, já que o movimento em si nos faz questionar nosso papel na sociedade e nas nossas relações. Estudando o feminismo, de repente eu estava estudando grupos e sociedade ao mesmo.

Logo em seguida, escrevi um artigo sobre violência doméstica com uma psicóloga que tem vivência como doula e trabalha diretamente com questões sobre a maternidade. Apresentamos o trabalho intitulado “Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: Uma leitura à luz da Abordagem Centrada na Pessoa” no XII Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa, em 2017, e vimos tamanho da importância de discutimos o tema no meio acadêmico onde o enfoque é clínico. Fizemos uma crítica no estudo sobre como a Lei Maria da Penha vem para auxiliar que a mulher seja vista como ser humano numa sociedade onde o patriarcado é o sistema regente. Levei esse trabalho para o XVIII Encontro Ibero-americano da Abordagem Centrada na Pessoa no México, em 2018, e percebi que o Brasil se destaca na América Latina em relação às políticas de proteção à mulher, porque essa não é uma realidade dos nossos países vizinhos.

Ainda em 2018 entrei como voluntária da ONG Mapa do Acolhimento que atende mulheres de todo o Brasil em situação de vulnerabilidade, pois como psicóloga clínica quis contribuir com essas pessoas que passam por situações humilhantes e muitas vezes se veem sozinhas. Entretanto, senti que a formação clínica em ACP e Gestalt-terapia que tinha, deixava grandes espaços para essas questões sociais que atravessam a vida de todo ser humano. Busquei a especialização *lato sensu* na esperança de poder discutir isso na academia num contexto puramente da psicologia clínica, mas senti falta de produção e discussão sobre o tema. Foi então que tomei uma postura crítica em relação à formação dos psicólogos, pois parece se tratar de uma formação encaixotada, onde uma área não dialoga muito com a outra de uma forma ampla e sistêmica, mas sim com algumas pinceladas, que se o psicólogo não tiver atento, passa despercebido por um contexto social que está presente na vida de cada cliente que recebemos em nossos consultórios. Não adianta sermos psicólogos clínicos se não estamos conscientes da estrutura social que nos cerca, negligenciar isso é também negligenciar a subjetividade de nossos clientes e talvez os nossos esforços em ter uma visão empática fiquem prejudicados se não levarmos esse “detalhe” em consideração.

Busquei auxílio no Conselho de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), a qual a gestão presente promove muitas discussões sobre questões de gênero e aprendi a diferença do feminismo branco para o negro. Acho extremamente importante destacar esse ponto no trabalho, uma vez que brancos e negros têm realidades diferentes e as mulheres negras sofrem

duplamente pela violência estrutural: o machismo e o racismo. Creio também que não cabe a mim, como mulher branca, falar do que é ser uma mulher negra, pois não é meu lugar de fala, mas quero salientar meu respeito e admiração pela luta. Além do mais, diferenciar esses feminismos não é a proposta inicial desse estudo por se tratar de um trabalho de conclusão de curso de especialização, portanto, não há tempo hábil de destrinchar o assunto.

Reconhecer a luta das mulheres negras através dos eventos do CRP-MG aguçou minha percepção enquanto pessoa e me fez compreender que enquanto psicóloga clínica, que não posso deixar de saber sobre essas questões sociais e culturais que nos cercam. Mas mais uma vez senti necessidade de atrelar um assunto social tão importante à prática clínica. Tendo essa necessidade e falta de lugar para falar disso, optei por escrever sobre isso e eu mesma provocar essa discussão no meio acadêmico. A violência de gênero ocorre em vários meios e de várias formas, mas para esse trabalho optei por falar sobre a violência doméstica, por ser um assunto que mais pessoas já consideram como violência contra a mulher.

2 FEMINISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Se buscarmos historicamente o início do patriarcado, o primeiro registro que temos é bíblico, no mito de Adão e Eva:

A mulher viu que seria bom comer da árvore, pois era atraente para os olhos e desejável para obter conhecimento. Colheu o fruto, comeu e o deu ao marido a seu lado, que também comeu. Então, os olhos de ambos se abriram, e, como reparassem que estavam nus, teceram para si tangas com folhas de figueira. (...) Então o Senhor Deus perguntou à mulher: “Por que fizeste isso?” E a mulher respondeu: “A serpente enganou-me, e eu comi”. (...) À mulher ele disse: “Multiplicarei os sofrimentos de tua gravidez. Entre dores darás à luz os filhos. Teus desejos te arrastarão para teu marido, e ele te dominará”. (BÍBLIA SAGRADA, 2002, p. 15).

Neste pequeno trecho fica claro a ira de Deus pela mulher ter desobedecido suas ordens. Ela é punida e vista como responsável pela expulsão dos seres humanos do Jardim do Éden, do paraíso. Se pensarmos que o Brasil é um país predominantemente cristão e desde a infância ouvimos essa história, fica gravado culturalmente, no nosso inconsciente coletivo, o registro de que a mulher deve ser punida por tamanho crime contra à humanidade.

Se a bíblia é realidade ou ficção não é o objetivo do estudo, muito menos a crítica à crenças religiosas, entretanto, é importante o olhar atento à este livro tão inserido na cultura brasileira, pois a partir dele, se fez muito de como a mulher foi vista e tratada ao longo da história da humanidade. Nos livros da bíblia a presença da mulher é praticamente nula, ficando a cargo dos homens grandes conquistas, responsabilidades e dominância sobre as mulheres. A ele ficava o direito de puni-la, corrigi-la e criticá-la.

Nos tempos de Brasil Colônia, cabia aos homens uma posição hierárquica superior às mulheres, ao qual eles tomavam decisões por elas, castigavam-nas, e até o assassinato de mulheres por seus maridos era permitido segundo a legislação (Del Priore, 2013). A mulher era vista como um ser inferior, de baixa capacidade intelectual, assim não tinha condições de tomar decisões, então seu pai era responsável por ela até o casamento, após isso, ela era do marido.

A legislação brasileira caminhou em passos muito lentos se tratando dos direitos das mulheres, por exemplo, em 1890, o Código Penal considerava o assassinato de mulheres por seus cônjuges “crime de paixão” e os homens não eram condenados porque o Código previa que não era considerado crime se no momento do ato o praticante estivesse em estado de privação de sentidos e inteligência. Tendo a própria legislação desfavorável, as mulheres passaram a se organizar em pequenos movimentos em prol de seus direitos civis e penais. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou este o Ano Internacional da Mulher,

pois muitos movimentos de mulheres no mundo passaram a reivindicar uma convenção específica para tratar da violência contra a mulher. A ONU pressionou os países a se adaptarem à essa convenção, entretanto, o Brasil aceitou em 1984 com ressalvas quanto à obrigação de eliminar a discriminação no casamento e na família devido ao Código Civil de 1916 que tinha normas discriminatórias contra as mulheres. O Brasil aceitou ratificar as Convenções sem restrição somente em 1995 (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2017).

Em 1998, por causa dessas convenções, Maria da Penha Fernandes recorreu à ONU denunciando o Brasil por negligência devido à morosidade no julgamento de seu marido que tentou assassiná-la três vezes. Somente em 7 de agosto de 2006 a lei de nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada pelo Governo Brasileiro, atendendo às normativas das Convenções e à recomendação da ONU. A Lei adotou o conceito de violência contra a mulher, descrito pela ONU que define como “qualquer ato de violência, baseado no gênero, que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou em sofrimento para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, podendo ocorrer na esfera pública ou privada” (Piovesan apud Senado Federal, 2016, p.14).

A norma jurídica criminaliza a agressão, mas preserva resquícios de antigos padrões de masculinidade, já que os homens têm o protagonismo nesses espaços. “Vista por esse prisma, a intervenção do Estado na esfera íntima, privada, não seria mais que um dos milhares mecanismos jurídicos, normativos e androcêntricos, de controle social” (TIMM, PEREIRA & GONTIJO, 2011, p.252). A lei certamente é uma grande conquista para o movimento feminista, mas ainda não é o suficiente para cessar a agressão contra as mulheres. “Quanto mais avançamos em termos de denúncias e resistência às agressões, maior o ódio dirigido às mulheres” (TIMM, PEREIRA & GONTIJO, 2011, p.252).

A Lei Maria da Penha sem dúvida foi um grande ganho para as mulheres brasileiras, mas muito ainda precisa ser feito. Somente em 1988 a Constituição Federal garantiu a igualdade de salários para homens e mulheres que exerciam a mesma função; em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece igualdade de condições do pai e da mãe no exercício pátrio do poder. Em 2002 a falta de virgindade da mulher deixou de ser motivo para anular casamentos; em 2015 foi estabelecida a Lei do feminicídio, que tornou crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente da violência doméstica ou discriminação de gênero. E em 2016 a mãe pode registrar os filhos em cartório sem a presença do pai. Mudanças recentes na legislação nos favoreceram juridicamente, mas a cultura de uma população não muda na mesma velocidade que leis são feitas. No Atlas da Violência 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, consta que “em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que

representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%” (IPEA, 2018, p. 44).

Segundo Toledo (2001), feminismo é a luta por direitos iguais entre homens e mulheres e contra o sistema de dominação que privilegia os homens. O movimento feminista no Brasil foi influenciado pelo movimento europeu e norte-americano e teve início na década de 1970 em contraposição à ditadura vigente na época. Entretanto, na época, as mulheres do movimento estavam ligadas às organizações de influência marxista e comprometidas com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias. A partir da década de 1990 que começou a ser repensado o papel da mulher em outras camadas da sociedade (SARTI, 2004).

Até hoje vivemos um mito cultural ao qual a mulher é inferior ao homem e tem que agradá-lo, é posse do homem e por isso tem que obedecê-lo. Crimes como os de violência doméstica, são muitas vezes em função do ciúme do homem. Bourdieu (2014) pontua que o próprio ato sexual tem significados diferentes para homens e mulheres: para as mulheres tem o sentido de se abrir, falar, tocar, acariciar, muito ligado à afetividade e para os homens tem o sentido de dominação. O fazer a mulher ter um orgasmo é visto pelo homem como o auge de sua dominação sobre a mulher e o assédio sexual não está ligado ao ato sexual, mas com a posse e a dominação. O sociólogo expõe também que a relação sexual entre dois homens é vista em muitas sociedades como uma manifestação de “potência”, um ato de dominação, onde o homem penetrado é “feminizado” e, portanto, humilhado.

Tendo esse breve recorte histórico, como a psicologia abrange esse fenômeno social complexo que são as relações de gênero? Como lidar com o acolhimento dessas mulheres?

3 DANO EXISTENCIAL E A PSICOLOGIA CLÍNICA

“Dano existencial” é um termo comum no meio jurídico usado para caracterizar um tipo de dano não material, “que acarreta à vítima, de modo parcial ou total, a impossibilidade de executar, dar prosseguimento ou reconstruir o seu projeto de vida (...) e a dificuldade de retomar sua vida de relação” (FROTA, 2011, p.244). Seu embasamento teórico vem da perspectiva humanista da concepção de ser humano e da filosofia existencial. O dano existencial se subdivide em: dano à vida de relações e dano ao projeto de vida.

O dano à vida de relações diz respeito ao conjunto de relações interpessoais, em diversos contextos, que permite o ser humano estabelecer sua história vivencial, se desenvolver a medida que comunga com a sociedade, com outros seres humanos e se conecta com os demais, compartilhando pensamentos, sentimentos, emoções, hábitos, reflexões, aspirações, etc. (FROTA, 2011).

O projeto de vida diz respeito à autorrealização, à liberdade de escolha. Para o existencialismo, a liberdade é o que diferencia o ser humano dos outros seres da natureza, se trata de uma potencialidade que nos permite vislumbrar muitas possibilidades de vida, o que chamamos de “projeto de vida” ou projeto existencial (SESSAREGO, 2019). Esse projeto surge a partir de uma decisão livre, a partir de sua capacidade de projetar o futuro. Sessarego (2019) afirma que “todos los seres humanos, em cuanto libres, tienen proyectos de vida” (p.1) e para escolhê-lo, refletimos sobre o que é importante na nossa vida, o que dá sentido à nossa existência. Esse projeto pode mudar ao longo do tempo e sempre vamos buscar meios de realizá-lo durante os caminhos de nossa vida. “O indivíduo tem a necessidade de se projetar para fora de si mesmo para poder encontrar seu próprio significado” (ERTHAL apud FROTA & BIÃO, 2010, p.142).

Frota (2011) aponta que o dano existencial atinge um complexo de afazeres da pessoa, sendo temporária ou permanente sobre a sua existência. Ele também afirma que “não há projeto de vida sem a vida de relação” (p.246) porque, como *seres-no-mundo-com-os-outros*, o ser humano precisa interagir com outras pessoas para que elaborem e reelaborem um propósito à sua existência. O dano existencial pode não vir acompanhado do dano físico ou patrimonial, mas impede a pessoa de continuar a desenvolver uma atividade que lhe dava prazer e realização pessoal.

O projeto de vida é a liberdade, a possibilidade de tomada de decisão de acordo com seus valores, experiências e vocações pessoais. (ALMEIDA & SHÄFER, 2015). O dano ao projeto de vida é a consequência de um colapso psicossomático de tal maneira que atinge o

núcleo existencial da pessoa, deixando uma ausência de sentido. Sessarego (2019) afirma que os estragos são profundos e podem se prolongar no tempo. “Es obvio que la vida de um ser humano afectado em su libertad, em su núcleo existencial, no será la misma en el futuro” (p.9). Ele ainda diz: “La víctima há perdido, em gran medida, su propia identidad” (p.19).

La persona lesionada em cuanto ao ejercicio de su libertad se sume em um explicado estado de desorientación, de depresión, de perdida de seguridad y de confianza em sí misma, de ausencia de metas, de desconcierto. La angustiosa situación que envuelve a la víctima puede conducirla a la evasión a través de alguna adicción a las drogas o, em un caso limite, puede llevarla al suicidio. (SESSAREGO, 2001, p.27).

Para a psicologia humanista, o adoecimento psíquico vem de um desacordo interno. A pessoa que apresenta o estado de desacordo interno fica com dificuldade de compreender a si mesma, pois por um lado faz coisas que não gostaria de fazer, e por outro, abstém-se de fazer o que gostaria. Essa desorganização interna reflete diretamente na saúde mental do indivíduo. Para explicar melhor, apresento alguns conceitos da Abordagem Centrada na Pessoa, proposta por Carl Rogers.

A obra de Rogers (1977) apresenta uma noção de percepção de si denominada “noção de eu”. O *eu* é inerente à unidade psicofísica, indicada pelo autor pelo termo “organismo”, e está sujeito à operação da “tendência à atualização”. A “tendência à atualização” é uma tendência inerente que todo organismo para desenvolver todas as suas potencialidades, para desenvolvê-la de maneira a favorecer a sua conservação. Não diz apenas às necessidades básicas como respirar, se alimentar, mas também ao aprendizado intelectual, social (COPPE, 2001). Pode-se dizer que o indivíduo percebe o mundo através do prisma do eu: o que se relaciona com o *eu* tende a ser percebido com destaque e é suscetível de ser modificado em função dos desejos e angústias do indivíduo. A “noção do eu” que determina a eficácia ou ineficácia da “tendência atualizante” (ROGERS & KINGET, 1977).

A “noção de eu” serve para designar a configuração experiencial composta de percepções relativas ao eu, as relações do “eu” com o outro, com o meio e com a vida. Em geral, são os valores que o indivíduo atribui a essas diversas formas de percepção. Essa configuração tem um caráter de mutabilidade e ela é disponível à consciência, ainda que não seja necessariamente consciente ou plenamente consciente ao indivíduo. A “noção do eu” é uma estrutura perceptual, ou seja, é um conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo (ROGERS & KINGET, 1977).

A eficácia da tendência à atualização depende do caráter realista da “noção de eu” e essa noção é realista quando tem correspondência entre os atributos que o indivíduo acredita possuir

e o que de fato ele possui. Então, para verificar o caráter realista da “noção de eu/” o indivíduo dispõe de duas fontes de critério: uma de natureza particular, que consiste na experiência vivida do sujeito, seus sentimentos, desejos, ansiedades, angústias; e o outro critério de natureza pública, que consiste no testemunho fornecido pela conduta do indivíduo e da resposta do outro em relação a ele (ROGERS & KINGET, 1977).

Segundo Oliveira e Araújo (2017), para ter uma percepção de si realista, é preciso o outro para testemunhar e nos dar o feedback do que é percebido, portanto mulheres vítimas de violência de gênero têm uma resposta muito negativa de si próprias, o que contribui para uma “noção de eu” distorcida. Essa distorção causa um desacordo interno, que gera um conflito entre a imagem do eu e a experiencial real vivida. Segundo Rogers e Kinget (1977), quando o indivíduo se encontra num estado de desacordo, fica sujeito à tensão e à confusão, e seu comportamento parece incompreensível e a personalidade fica desequilibrada. O contrário desse estado de desacordo, é a autenticidade, ou acordo interno, que pode ser compreendida como um estado de acordo entre o eu e a experiência. Quando as experiências são corretamente simbolizadas, há um acordo entre o eu e a experiência.

Numa perspectiva fenomenológica, conceito de *self*, está associado às percepções conscientes que o indivíduo vivencia. O *self* é um produto social que se desenvolve nas relações interpessoais, assim, ele não é algo só individual, mas também tem o caráter social. (MACEDO & SILVEIRA, 2012). A partir da interação entre o indivíduo e o contexto em que vive, uma parcela desta experiência se desdobra em “experiência de si”, fazendo com que este, então, crie uma “noção de eu”, a partir da qual, também irá guiar suas ações (MAIA; GERMANO & MOURA JR, 2009).

Como já dito, a tendência à atualização é uma força que impulsiona o organismo para o crescimento e para a auto atualização, porém é a “noção de eu” é quem dá a direção a essa força. Dessa maneira, se a “noção de eu” for irreal, a tendência à atualização ficará desvirtuada, pois ela age de forma a estar em acordo com a “noção de eu”. Em ambientes psicologicamente desfavoráveis, ou seja, ameaçadores física e psicologicamente, é mais difícil que haja auto aceitação e mudança na “noção de eu”. Isso contribui para o aumento da incongruência, levando ao adoecimento psíquico (OLIVEIRA & ARAÚJO, 2007).

3.1 A Psicologia Clínica

A Psicologia, como ciência e profissão, tem diversas áreas de conhecimento e atuação, dentre elas, a Psicologia Clínica. Segundo Dutra (2004), o termo "clínica" está ligado ao

significado de "à beira do leito", remetendo ao aspecto médico da área de atuação do psicólogo. Ainda hoje, pacientes procuram esse tipo de psicólogo para relatarem seus problemas e esperam uma solução para seu mal psíquico, que é um sofrimento de ordem psicológica e simbólica, ao contrário da doença do físico que poderia ser tratada com prescrição medicamentosa adequada, como faz o médico. Outra visão estereotipada é esse profissional ser considerado como aquele que trata "doentes mentais", e justamente esse é o maior fator de impedimento para buscar esse profissional quando ele é necessário. "Não se pode negar, além de tudo, a influência que a área médica legou ao psicólogo clínico, no que respeita ao *status social*, tão evidente nessa área de atuação, constituindo-se, ainda hoje, num dos principais atrativos para aqueles que almejam uma formação clínica em psicologia." (DUTRA, 2004, p.382).

Dentre as práticas da Psicologia Clínica tradicional, principalmente aquelas empreendidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1998, temos: "psicodiagnóstico e/ou terapia individual ou grupal; atividades exercidas em consultório particular, em que o psicólogo se apresenta como autônomo ou profissional liberal, atendendo, geralmente, a uma clientela financeiramente abastada." (LO BIANCO *et al. apud*, DUTRA, 2004, p. 382). Segundo Dutra (2004), essas atividades priorizam o intrapsíquico, baseada em uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado historicamente. A autora explica que a prática clínica atual da Psicologia tem maior interesse e preocupação com o contexto social e passa a buscar uma articulação mais concreta entre a clínica e o social. "Podemos dizer que o novo *fazer clínico* inclui uma análise do contexto social em que o indivíduo está inserido." (DUTRA, 2004, p.382). O referencial teórico (abordagem teórica) abre espaço para o compromisso ético do psicólogo e noções teóricas como subjetividade e individualidade como fruto de construção social e histórica.

Em documento do CFP de 1993, citado por Dutra (2004), o que fez a saída da Psicologia Clínica do seu modelo tradicional, foi a inserção na saúde pública, com o psicólogo clínico atuando em hospitais e ambulatorios gerais e psiquiátricos, nas unidades básicas de saúde, nas escolas e organizações. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o psicólogo foi inserido na saúde pública, mas seu trabalho ainda era reproduzindo o modelo tradicional da clínica. Nessa nova concepção de clínica psicológica, é importante não descontextualizar a pessoa de seu meio, mas justamente trabalhar numa perspectiva de clínica contextualizada, levando em consideração aspectos sociais de sua história (DUTRA, 2004).

Dentro da Psicologia Clínica temos diferentes práticas baseadas em diferentes epistemologias, em diferentes aspectos filosóficos e diferentes concepções de ser humano, portanto, diferentes formas de entender o "fenômeno psicológico". Apesar de muitas teorias

considerarem a dimensão social da pessoa, "ao conceberem a subjetividade como constituída através dos vínculos com o outro, ainda se constata a prevalência do olhar que enfatiza os processos internos, subjetivos e intrapsíquicos." (DUTRA, 2004, p. 383). Desconstruir o modelo tradicional de clínica significa compreender que a pessoa diante de nós se constitui no mundo, numa relação natural e social; e que ao mesmo tempo que é constituída por ele, também o constrói.

A abordagem teórica é que proporciona meios para o psicólogo estabelecer sua clínica e a compreensão sobre o sofrimento humano, entretanto, cabe ao psicólogo afastar desse referencial para não enquadrar seus pacientes e correr o risco de impor o seu saber. A subjetividade da pessoa é um espaço individual onde as significações sociais constituem sua história e os sentidos que atribuem ao mundo. Acolher o ser humano no seu sofrimento subjetivo, considerando a dimensão social, significa compreender e considerar o sofrimento como particular e único para cada um. A Psicologia Clínica não deve se reduzir somente ao consultório, nem a um número de sujeitos ou classe econômica, mas deve ser destacada por sua escuta e no acolhimento que se oferece a alguém que apresenta uma demanda psíquica, um sofrimento. "Representa uma determinada postura diante do outro, entendendo-o como sujeito que pensa, sente, fala e constrói sentidos que se expressam, se criam e se modificam nessa relação de subjetividades, num determinado mundo e num certo momento das suas histórias." (DUTRA, 2004, p. 384).

4 ESTUDO DE CASO

Lunna (nome fictício) foi minha primeira paciente, quando eu ainda era estagiária em uma clínica de psicologia no último ano da graduação. Na época, ela relatava alguns episódios de seu antigo casamento, a qual teve uma relação abusiva, e falava de uma personalidade sua que às vezes emergia quando estava com a consciência mais baixa. Para esse estudo, a contatei e de imediato ela aceitou o convite. Foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a entrevista foi gravada e transcrita na íntegra. Alguns trechos serão apresentados em itálico para melhor discernimento das falas.

Lunna começou a entrevista falando que fazia questão de escolher o seu nome fictício para estudo, pois Lunna é a personalidade que ela precisou criar para sair do relacionamento violento que viveu. Ela conta que foi de Amélia (personagem submissa) para Lunna e que anos de terapia e análise a fizeram compreender que não é uma cisão de personalidade, mas uma forma que ela encontrou de dar voz a ela mesma, mesmo que precisasse encarnar uma outra personagem mais audaciosa e corajosa. Por algum tempo, Lunna só aparecia quando ela bebia e precisava dizer coisas que temia dizer em suas relações, e relatou por vezes esquecer o que Lunna tinha feito, dando um apagão na memória, mas compreendeu que Lunna faz parte dela, da mulher empoderada que se tornou, e integrou essa parte sua no seu todo, tomando posse de sua autonomia e firmeza para se defender e dizer o que sente.

O pai de Lunna é militar, a mãe dona de casa, e ela também tem um irmão mais velho. Conta que sempre estudou em colégio militar e na época do ensino médio, fez vestibular seriado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para Física Aplicada.

Ela conheceu seu ex-marido aos dezoito anos (ambos têm a mesma idade), e ficou com ele até os vinte e três anos. Nesses cinco anos sofreu violências verbais, psicológicas, físicas e patrimoniais.

Em menos de seis meses de relacionamento já estavam morando juntos. Na época ele já havia perdido seus pais e seu irmão mais velho. Para fins desse estudo, vamos referir a ele com o nome fictício de Thiago. Thiago não trabalhava e vivia da pensão de seus falecidos pais, morava no centro de Belo Horizonte, lugar onde morou por cinco anos com Lunna. O casal se conheceu numa noite na Praça da Liberdade, onde era comum grupos de jovens se encontrarem e passarem tempo. Lunna se intitula como *punk* e ele era *skatista*. Ela conta que tudo aconteceu de forma muito rápida, se envolveram rápido demais e alguns detalhes ficaram perdidos na memória. Thiago se mostrou muito carinhoso, atencioso e participativo em sua vida, mas tinha preocupação com a fama de Lunna, porque ela já tinha se relacionado com outras pessoas que

frequentavam o meio onde eles se conheceram. Apesar de gostar de ter essa liberdade, Lunna também se julgava por essas atitudes pela sua criação moralista. Ela conta que experimentou maconha com o amigo do namorado, e ele não gostou por achar que as pessoas falariam mal dela, portanto, ele encontrou um jeito de ele mesmo fornecer maconha para ela, para que ela não fumasse com outras pessoas. Ela conta que não fumava muita maconha, mas pensou que era bom ter alguém para cuidar dela. *“E eu cedi, sabe. E depois disso nunca mais fiz nada sem ele. Nunca mais fiz nada. Nunca mais não. Até o fim do relacionamento eu não fiz nada sem ele. Tudo o que eu fazia, ele estava lá. E aí foi sumindo ‘eu’ e só tendo ‘ele’. Só ele, só ele”*. Ela conta que ficou vulnerável ao cuidado que ele ofereceu, pois considera que não tem referência masculina, pois seu pai sempre foi rígido e distante afetivamente.

Antes de morarem juntos, logo nos primeiros seis meses, já havia acontecido violência entre os dois, numa situação onde eles estavam conversando sobre matemática e física com um amigo de Thiago e Lunna falou: *“Cara, você quer discutir física comigo, eu sou boa”*. Thiago se sentiu ofendido porque o amigo estava lá e eles começaram a “discutir feio” (sic) então Thiago pegou Lunna pelo braço, levou-a até a janela de seu apartamento no sexto andar e ameaçou jogá-la de lá. Lunna relata que ficou paralisada em sem reação na hora, com muito medo de ter qualquer ação e resultar em sua queda. Thiago foi parado graças a seu amigo, e Lunna pegou a aliança de compromisso que usavam na época e jogou pela passagem de ar do apartamento. Ela conta que nesse dia foi para casa andando a pé chorando o caminho todo, um percurso muito longo entre bairros de Belo Horizonte. Ainda assim escolheu morar com eles pois não suportava mais estar em sua casa, pois seu pai pressionava sua mãe e sua mãe a provocava com comentários do tipo: *“Por que você não vai morar com ele então? Já vive lá praticamente”*. Lunna ficava na casa de Thiago cinco a seis dias na semana, o que incomodava seu pai, que queria ver a filha caçula casada. Na época ela considerou que estar com Thiago era melhor que permanecer morando com os pais.

Thiago se mostrou muito ciumento e possessivo com o tempo. *“Ele sempre me julgava que eu era a vagabunda, a puta, a piranha, que eu ia dar pra todo mundo, que ele não podia me deixar sozinha perto de outro cara porque eu ia dar pro cara, essas coisas”*. Ela conta que foi se transformando em quem ele queria que ela fosse, submissa, pronta a atender suas vontades, “uma Amélia” (sic). Lunna tinha desistido da UFOP para estar com ele, e porque não queria que seu pai bancasse sua estadia em Ouro Preto, então resolveu fazer cursinho pré-vestibular, mas Thiago não a deixava frequentar as aulas. Ela conseguiu um emprego numa loja de calçados no centro de Belo Horizonte e conta que se dedicou ao máximo a esse trabalho, pois era tudo o que ela tinha que era dela. Mas mesmo assim, ele ficava sempre na porta

vigiando-a, ele não entrava na loja, mas estava sempre rodeando. Ele não trabalhava e ficava o dia todo atrás dela. *“O dia inteiro me vigiando! Me vigiando e me traindo, era o que ele fazia o dia inteiro porque ele ficava me traindo com todas aquelas mulheres lá que vendia: ‘Ouro, ouro’. Aquelas mulher tudo lá. (sic)”*. Ela continua o relato se lembrando de um episódio a qual foram à uma cachoeira com um grupo de pessoas ele claramente estava arquitetando um jeito de traí-la com outra mulher na ocasião. Ele combinou com outra mulher que estava lá de atravessar uma parte do rio nadando, sabendo que Lunna não sabia nadar. Só que Lunna não queria ficar sozinha e foi junto e quase se afogou por causa disso, e conta que Thiago não se importou. *“E eu acho que a maior dificuldade de sair de um relacionamento abusivo é a não certeza da sobrevivência. Tanto fisicamente, porque eu tinha minha vida ameaçada. Depois ele me ameaçou explicitamente e também de sobreviver no nível do afetivo, sabe. Tipo... do outro gostar de você, da aprovação do outro, sabe?”*. Ela conta que se sentiu tolhida o relacionamento todo.

Lunna fala de quem seria se não tivesse conhecido Thiago: *“(...) eu estaria formada, eu seria uma física nuclear hoje, que era o que eu queria fazer na época (...)”*. Apesar da resistência de se mudar para Ouro Preto com medo de ficar sub julgo do seu pai, sua mãe a confortava falando que elas dariam um jeito de pagar a estadia de Lunna sem depender de seu pai. *“E eu fiquei assim: ‘Ah, mas eu vou deixar ele aqui? Vou abandonar ele, eu amo ele.’ Eu já achava que amava. Foi tão intenso assim.”*. Lunna conta que tudo o que queria da vida era fazer faculdade, viajar, e nunca teve a pretensão de casar e ter filhos. *“E aí quando eu fui morar com ele, eu achava que eu ia conseguir ir pra faculdade, sabe. Eu tentei (o curso de) Matemática na federal (Universidade Federal de Minas Gerais) depois, fiquei numa pontuação boa. Aí eu comecei a fazer cursinhos para tentar outra faculdade, mas eu não consegui concluir o curso porque ele não deixava. Eu não conseguia estudar.”* Ela conta que Thiago não a deixava frequentar o cursinho pré-vestibular, pois só podia ir onde ele estava. Ela estava desempregada e só começou a trabalhar porque foi vender roupas com um amigo do namorado. Quando entrou na loja de calçados, se destacou logo e foi promovida a gerente, pois não tinha vida pessoal, e seu trabalho era a única coisa que era dela, sem o envolvimento de Thiago. Conta que ficava às vezes dezesseis horas na loja, porque *“queria estar lá, eu não queria estar na minha casa”*. Na época Lunna estava com vinte e um anos e se incomodava com o olhar vigilante do namorado sobre ela. Fala que sentia falta de apoio em seus planos pessoais e profissionais e sentia que Thiago a sabotava como dava. *“Eu estaria hoje formada. Se eu tivesse seguido a carreira da exatas, eu estaria em outro lugar hoje, talvez eu seria outra pessoa, talvez eu não gostaria de quem eu seria. Eu sou quem eu sou hoje pelas coisas que eu vivi”*.

A terapia sempre foi presente em toda sua vida, mesmo quando era casada. Conta que se separou por causa de uma intervenção. Lunna fazia tratamento com um psiquiatra na época do que seria o fim do relacionamento, e não sabe precisar se ele era psicólogo também ou só se tinha formação em Psicanálise. O conheceu devido a um dia que teve crise de ansiedade e sem saber o que era, foi a um pronto socorro achando que estava morrendo. O médico a encaminhou para essa psiquiatra e ela o consultava semanalmente. Esse médico dava a medicação suficiente para duas semanas, porque ela tomava a cartela toda tentando se matar, mas ela só conseguia no máximo ficar “grogue” (sic).

Uma vez, ela conta que teve uma “briga feia” (sic) com Thiago: *“Teve duas vezes que eu tive certeza absoluta que ele (Thiago) ia me matar. Uma vez anterior e essa última vez. Essa última vez eu tive certeza assim: ‘Ele vai me matar: ou ele vai me matar de uma vez aqui agora ou ele vai me matar de defínhar se não acabar. Se ele não me matar aqui, eu vou defínhar até morrer nesse relacionamento.’”* Nessa briga, Thiago disse que ela nunca mais veria o sol, que ia prendê-la dentro de casa. Por vezes ele falava também que queria fazer de Lunna um hamster, deixa-la presa com água, comida e com uma rodinha para se exercitar. Lunna conta que ficava dias presa dentro de casa sem poder sair. Quando queria visitar seus pais, Thiago a acompanhava até o metrô, e quando ela chegava na casa deles, trinta minutos depois, ele mandava mensagem para ela avisando que estaria em vinte minutos na estação esperando por ela. Na ocasião dessa última briga, seus remédios haviam acabado e ela teve que implorar a Thiago que a deixasse ir ao médico no dia seguinte: *“Thiago, eu preciso ir ao médico psiquiatra porque o remédio acabou, nós estamos numa situação delicada, tá complicado”*. Ela conta que quando ele estava muito nervoso falava de forma muito apaziguadora. Ele não gostava que ela fosse às consultas pois acusava ela de falar mal dele para o médico e de ter relações sexuais com ele. Até que ela disse a ele: *“Thiago, por favor, ele tem que me dar o remédio. Se ele não me dar o remédio e eu não vou dar conta e você não vai conseguir e aí você vai me matar mesmo porque eu vou surtar aqui”*.

Chegando na sessão, Lunna conta que teve um acesso de raiva com seu médico, exigindo que ele a internasse em um hospital psiquiátrico, pois ela não tinha mais condições de viver no mesmo apartamento que Thiago. Achava que ser internada era a única solução, que ela precisava ser retirada do seu relacionamento, de alguma forma “salva” por uma terceira pessoa. *“Você me interna que eu estou doida, eu não estou aguentando mais! Se você não me internar esse cara vai me matar, se ele não me matar, eu vou me matar!”* Ela relata que fez essa exigência aos gritos e ficou minutos falando isso sem ao menos sentar no consultório. O psiquiatra negou seu pedido e afirmou que ela estava nesse relacionamento por escolha dela,

pois ela já teve oportunidade de ir para um abrigo e recusou, ela já tinha voltado para casa dos pais, mas retornou ao apartamento de Thiago. O médico pontuou todas suas tentativas fracassadas de sair da relação. *“Eu achei que foi muito cruel. Uma coisa que eu pensei foi: ‘Eu vou ser psicóloga pra não falar com as mulheres que a culpa é delas.’”* Lunna se questiona se essa intervenção foi premeditada para provocá-la ou se foi pura crueldade do psiquiatra, mas diz que funcionou porque ela quis provar para ele que ele estava errado. *“Eu falei: ‘O que? Você está achando que eu gosto? Eu vou provar pra você que eu não gosto. Eu vou provar pra você que eu não gosto! Eu vou sumir! Eu vou sair desse consultório, andar por aí e sumir no mundo e ninguém vai saber de mim.’ E ele: ‘Pelo menos você vai sair de onde você está.’”* Ela conta que saiu da sessão com seus remédios, e Thiago não estava na porta lhe esperando, então saiu andando pela rua sem rumo, até que ele apareceu. Ela voltou com ele para casa e ficou pensando meios de sair dali. *“Eu tinha que ir embora, eu tinha que provar pro meu psiquiatra que ele estava errado, que eu não queria estar ali, que eu estava ali porque não tinha opção e a realidade é que eu estava ali porque eu não tinha outra opção mesmo. Mesmo eu tendo outras opções palpável, eu não via como opção, sabe. Porque outras coisas... É um ciclo vicioso. E falar que eu não o amava é uma mentira porque eu amava ele. Eu falo isso sempre. Eu amava ele de uma forma que eu nunca mais amei e nunca mais quero amar outra pessoa. Porque eu amava ele mais do que me amava. O meu amor por ele era maior que meu amor por qualquer outra coisa, então eu aceitava tudo, tudo, qualquer migalha que vinha dele pra mim era como se fosse... rios de amor! Porque ele nas altas, ele era super carinhoso, era o melhor marido do mundo, mas medidas das coisas dele, né.”*

Mesmo não sendo a melhor intervenção, o que o psiquiatra falou funcionou para Lunna. Ela até hoje não sabe se ele era psicólogo, mas relata que as sessões eram semanais e deu créditos à Psicologia por ter conseguido sair do relacionamento. Apesar dos cinco anos do relacionamento, apenas nos últimos meses teve coragem de contar às pessoas o que estava acontecendo, pois tinha vergonha e achava que tudo o que ela tinha era seu casamento e não poderia ser fracassada na única coisa que conquistou. Ela só saía com ele, e todos os dias ele a levava e buscava em seu trabalho. Conta que isso a fazia chegar atrasada muitos dias, outros dias ele não queria que ela fosse trabalhar. Ele não gostava que ela fosse à casa dos pais pois os pais não gostavam muito dele.

Conta emocionada que escolheu o curso de Psicologia aos vinte e seis anos *“porque eu queria falar pra essas mulheres (vítimas de violência doméstica) que elas não estão sozinhas (chora), que elas não precisavam passar por isso ou que elas, sei lá... Que elas poderiam fazer outras coisas da vida. eu acho que o que é pior: que não é culpa delas.”* Lunna compreende a

diferença entre se responsabilizar e se culpar e fala que hoje se responsabiliza de forma saudável e sabe que viveu o que viveu porque foram as escolhas que ela tinha condição de fazer na época do relacionamento. Antes ela achava que a culpa tinha sido dela, pois ela sempre teve a personalidade “estourada” (sic), reagia às ofensas e isso fazia com que Thiago a agredia.

Lunna conta que descobriu o feminismo na faculdade e foi sua salvação. Ela por um tempo achou que a Psicologia possibilitaria que ela ajudasse outras mulheres somente através da escuta, mas hoje sabe que tem que lutar lado a lado com essas mulheres que também são vítimas de violência doméstica. *“Eu gosto muito da pessoa que eu sou mesmo tendo passado por tudo que eu passei. Mas a gente precisa passar por certas coisas. Não precisava, não deveria, na realidade. Eu acho que a sociedade tinha que ser mais inclusiva, tinha que ser menos patriarcal. Tinha que mudar o sistema.”*

Quando terminou o relacionamento, teve que refazer todas suas amizades, e relações pessoais, saiu do comércio e começou a trabalhar em bares e como bartender, graças à uma amiga, vizinha de seus pais. *“Eu tinha que começar do zero, uma profissão nova, comecei tudo de novo, refiz minha vida, refiz minhas amizades, mas o que mais me deixava tranquila era porque eu sabia que eu tinha o apoio da minha família. Ter o apoio da minha família nesse processo de separação foi muito importante porque se não fossem meus pais, minha família me apoiando, eu não saberia o que fazer. (...) Sozinha, sem chance!”* Hoje, com trinta e cinco anos, está no fim da faculdade de Psicologia, é militante contra o machismo e trabalha com mulheres que estão em abrigos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho que levanta tantos aspectos diferentes pode ser um risco de não ficar coerente. De um lado, temos uma sociedade que cerca todos nós com suas estruturas e cultura, de outro, temos uma Psicologia Clínica que se preocupa com aspectos particulares do indivíduo. Não que isso seja um problema, até porque a compreensão da subjetividade da pessoa é algo que a psicologia contribui para a sociedade, mas conheço poucos colegas que levam em conta as questões sociais que vivemos atualmente no país e no mundo, que passam inevitavelmente pelo mundo particular de cada paciente que chega aos nossos consultórios.

Cada ser humano é único em sua experiência graças à diferentes criações, diferentes famílias, diferentes contextos socioculturais e econômicos, mas todos participam de uma sociedade que está em constante movimento para se transformar. A violência de gênero tem sido cada vez mais denunciada, principalmente a violência doméstica, e como, enquanto psicólogos, podemos acompanhar essa mudança social inerente a qualquer civilização?

O estudo de caso apresentado é um reflexo da história de várias mulheres que são agredidas por seus cônjuges de forma psicológica, moral, física e patrimonial, mas como acolhê-las baseado tão somente na relação que foi construída entre as partes? Não dá para ignorar que tal violência é o reflexo de uma sociedade machista e patriarcal, que crê que tem controle sobre a mulher, principalmente sobre o seu corpo. Ter essa consciência, possibilita melhores intervenções e cuidados na clínica de psicologia. “Tratar o tema da violência contra as mulheres, principalmente doméstica e conjugal, como um fenômeno social e cultural é dar historicidade ao que foi apagado pelos costumes, hábitos e pela ciência androcêntrica” (TIMM, PEREIRA & GONTIJO, 2011, p.258).

Lunna foi um exemplo espetacular de superação através da resignificação, onde encontrou na sua dor, um novo sentido de vida e usa isso como impulso para concretizar seus objetivos. Todas as agressões que sofreu a transformou, mas anos de terapia possibilitou que ela reencontrasse a força que sempre teve.

O conceito de “dano existencial” vem como uma possibilidade de ampliação da compreensão do fenômeno na clínica de psicologia e como possibilidade também de pensar estratégias de como fortalecer essa pessoa para que ela consiga criar um novo sentido para a própria vida e consiga retomar suas relações. É interessante pensar que o dano existencial fala do sujeito que sofreu, mas inserido também num meio social e de como esse dano reflete na sua vida em sociedade.

Falar da violência doméstica na clínica de psicologia, tendo ciência do contexto social que nos cerca é dar voz à muitas mulheres que se calam diante de diversas situações de abusos causadas por homens, é possibilitar a ampliação de intervenções para que essas mulheres sejam melhores acolhidas e ajudadas, é pensar que talvez o papel do psicólogo clínico vá além das paredes do consultório porque muitas vezes essas mulheres que chegam até nós não tem mais com quem contar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Greicy Fraga; SHÄFER, Gilberto. Dano existencial ou dano ao projeto de vida? In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, 2015, Canoas. **Anais...**, Canoas: N.E., 2015
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.
- BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, 1486p. Tradução de CNBB.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 160 p. Tradução de Maria Helena Kühner.
- COPPE, Antônio Ângelo Fávoro. A vivência em Grupos de Encontro: Um estudo fenomenológico de depoimentos. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.apacp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/art220.html>>. Acesso em: 02 nov. 2015
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher**. 1ª ed, São Paulo: Planeta, 2013
- DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol.9, n.2, p.381-387, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n2/a21v9n2.pdf>> Acesso em: 08 mai 2019.
- FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, vol.22, n.2, p. 243-254, jul-dez 2011.
- FROTA, Hidemberg Alves da; BIÃO, Fernanda Leite. A dimensão existencial da pessoa humana, o dano existencial e o dano ao projeto de vida: reflexões à luz do direito comparado. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, vol.1, p.129-163, jun 2010.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Coord.). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. 93 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- LABRONICI, Liliana Maria. Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência doméstica: um olhar fenomenológico. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, vol.21, n.3, p. 625-632, jul-set 2012.
- MACEDO, L. S. R., & SILVEIRA, A. C. (2012). Self: Um Conceito em Desenvolvimento. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre-RS, mai-ago, 2012, Vol. 22, No. 52, p. 281-289.
- MAIA, Camila Moreira; GERMANO, Idilva Maria Pires e MOURA JR, James Ferreira. Um diálogo sobre o conceito de self entre a abordagem centrada na pessoa e psicologia narrativa. **Revista do NUFEN**. 2009, vol.1, n.2, p. 33-54. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai 2019.

OLIVEIRA, Luisa Conrado Dias de; ARAÚJO, Wanessa Loregian Silva. Lei Maria da Penha: Uma leitura à luz da Abordagem Centrada na Pessoa. In: FÓRUM BRASILEIRO DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA, 12, 2017, Maringá. **Anais...** . Maringá: N.E. , 2017, p. 170-177.

ROGERS, Carl R.; KINGET, G. Marian. **Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva**. 2.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977. 2v.

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Psicologia Política**, vol.11, n.22, p. 247-259, jul-dez 2011.

TOLETO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai 2019.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes para una distinción entre el daño ao “proyecto de vida” y el daño “psíquico”. **Thêmis – Revista de Derecho**, n. 32, p. 161-164, 1995

SESSAREGO, Carlos Fernández. **¿Existe un daño al proyecto de vida?** Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona11/11Sessarego.htm>> Acesso em 13 mai 2019.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Apuntes sobre el daño a la persona. In: BORDA, Guillermo A. **La persona humana**. Buenos Aires: La Ley, 2001.

SENADO FEDERAL. (Apostila do Curso Dialogando sobre a Lei Maria da Penha), **Instituto Legislativo Brasileiro**, Brasília: Saberes, 2016.